



ATA Nº 5/2023

Aos 28 dias do mês de março de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a quinta reunião da primeira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rosa Martins Freitas Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos:

10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, Rui Manuel Martins Fidalgo, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Maria José Cardoso Oliveira Quinta Rebelo, Isabel Maria Pinhal Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por António Marques Azevedo, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca,

Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e de seguida deu conhecimento que o Vogal Jorge Eduardo da Nave Pina tinha pedido a renúncia ao mandato no quadriénio de 2021-2025, por motivo de doença e informou que tinha sido convocado **Rui Manuel Martins Fidalgo**, posicionado no 12º lugar da lista de candidatos à Assembleia Municipal de Espinho pelo PS, para o substituir. Tendo o mesmo prestado juramento solene, o Presidente da Mesa declarou-o investido nas suas funções e referiu ainda que queria deixar expressa uma sentida homenagem ao vogal Jorge Pina pelo trabalho que desenvolveu em prol do município, desejando que ele pudesse rapidamente recuperar e no próximo mandato vir a fazer parte das listas

Álvaro Leite (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa para desejar as melhoras ao vogal Jorge Pina, renovando os votos de boa recuperação e desejar um bom mandato ao vogal Rui Fidalgo

De seguida o Presidente Mesa, anunciou que, nos termos do n.º 5 do artigo 38.º do Regimento, consultada a Comissão Permanente, iria apresentar, na sua qualidade de membro da Assembleia Municipal, o seguinte voto de condenação e solidariedade: *"Hoje fomos surpreendidos com ataque brutal ocorrido no Centro Ismaelita Lisboa e que provocou a morte de 2 pessoas e ainda vários feridos. Os muçulmanos xiitas ismaelitas são uma comunidade de povos étnica e culturalmente diversos que vivem em mais de 25 países ao redor do mundo, unidos em sua lealdade a Sua Alteza o Príncipe Karim Aga Khan (conhecido pelos ismaelitas como Imã Mawlana Hazar) como o 49º Imã hereditário (líder espiritual), e descendente direto do Profeta Muhammad. A comunidade Ismaelita em Portugal, ao longo dos anos, tem sido um exemplo de integração e cumprido um importante papel no acolhimento de refugiados em Portugal. Além disso tem desempenhado com excelência várias funções sociais, educativas, filantrópicas e também religiosas, marcadas pela sua tolerância e capacidade de diálogo. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua 5ª reunião, da 1ª sessão Ordinária de 2023 independentemente das motivações que levaram ao hediondo crime que todos presenciamos hoje, condena veementemente este ato e apresenta à Comunidade Ismaelita de Portugal a sua solidariedade e apresenta às famílias das vítimas o nosso profundo pesar."*



Votação: aprovado por unanimidade dos 25 membros presentes

Entrando na ordem de trabalhos passou-se ao ponto 10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.

João Matos (BE) começou por saudar o vogal Rui Fidalgo, desejando-lhe um bom mandato e que contribua na sua função de escrutínio e de política que ali devia de ser feita. De seguida apresentou a recomendação: *"Promoção de arrendamento público a custos controlados: O preço da habitação, para compra ou arrendamento, subiu drasticamente na generalidade do país e Espinho é um dos concelhos onde mais aumentou. Portugal é uma exceção na Europa já que é dos poucos países praticamente sem oferta pública de habitação, com apenas 2% de habitação pública e maioritariamente destinada ao segmento de arrendamento social (em comparação com países como a Áustria (24% do total), Dinamarca (21%), ou a Holanda (29%)). O arrendamento público para a classe média a custos controlados é virtualmente inexistente e, como tal, também não faz qualquer intervenção no mercado para o arrefecimento do mercado imobiliário. Portugal é ainda dos poucos países da Europa sem mecanismos de controlo dos preços de renda. A realidade do aumento proibitivo dos preços foi, aliás, já admitida nesta Assembleia Municipal quer pelo anterior Presidente da Câmara Municipal de Espinho, Miguel Reis, quer por alguns vogais do PS. No município de Espinho, como ressalta dos acontecimentos recentes, a dramática situação habitacional está fortemente relacionada com a frequente subordinação das políticas aos interesses imobiliários de alguns grupos económicos. Não obstante a Vereadora Leonor Lêdo da Fonseca, que tutela a Habitação e a Ação Social, considerar que "o poder político não se deve imiscuir no mercado privado", o Bloco de Esquerda defende a necessidade de se introduzir um conjunto de normas que garantam o direito constitucional à habitação e que as mesmas possam ser incluídas e implementadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação. É nesse contexto que o Bloco de Esquerda assume a presente proposta. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, na sua primeira sessão ordinária de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera recomendar à Câmara Municipal de Espinho: 1 - Que nenhum património municipal habitacional, edificado ou terrenos, seja alienado, e que, em sua vez, seja inserido em programas de arrendamento a custos controlados;*

2 - Proceder à criação de uma bolsa de imóveis públicos para a implementação de habitação a custos controlados; 3 - Proceder à criação de programas de reabilitação pública do edificado degradado ou em ruínas, com a sua integração numa bolsa de arrendamento, havendo, desse modo, lugar ao ressarcimento do investimento público; 4 - Estabelecer que as novas grandes construções tenham um mínimo de 25% de habitação destinada a renda a custos controlados.”

Paulo Leite (PSD) interveio e referiu que a questão da habitação estava na ordem do dia, com as trapalhadas do Governo sobre a matéria que não aproveitavam a ninguém. Fez notar que a afirmação constante da recomendação *“No município de Espinho, como ressalta dos acontecimentos recentes, a dramática situação habitacional está fortemente relacionada com a frequente subordinação das políticas aos interesses imobiliários de alguns grupos económicos”* era um pouco gratuita porque de facto houve um problema, não significando que fosse histórico, não se sabendo o que aconteceu antes, mas que, sabiam que atualmente tudo estava parado na Câmara Municipal no que dizia respeito por exemplo às questões da habitação. Fez notar que em notícia num jornal nacional, a Presidente da Câmara apresentou como trofeu o embargo de 15 obras, que evidentemente, não estando bem, tinha de ser feito, mas o que devia ter anunciado era que tinha aprovado um conjunto de obras que iria permitir aumentar a oferta da habitação e que no futuro traria proveitos à Câmara por via dos impostos. Disse que concordavam com os pontos 1 e 2 do documento do BE, e relativamente ao ponto 3, fez notar que o princípio era correto, mas o PSD precisava saber o que a Câmara pensava sobre o assunto, se era exequível para Espinho. Quanto ao último ponto, não podiam aceitar, sendo que era natural desenvolver alguma atividade, mas decretar daquela forma não lhes parecia correto, embora fosse a favor de acontecer. Requereu à Mesa que a Câmara fizesse chegar à Assembleia uma lista do património do município para poderem apreciar as possibilidades de avançar com aquela questão.

Ana Rezende (CDU) quanto ao referido sobre *“a dramática situação habitacional está fortemente relacionada com a frequente subordinação das políticas aos interesses imobiliários de alguns grupos económicos”*, fez notar que não era frequente, mas sim permanente e que não era de agora, sendo que o PSD esteve 12 anos na Câmara Municipal e o município conheceu a maior explosão imobiliária. Que em matéria de políticas de habitação, a recomendação tinha medidas que não dependiam apenas da



Câmara Municipal, existindo um impedimento legal. Que existia uma interdependência entre as Câmaras Municipais e o Governo naquela matéria. Que havia imóveis que já eram municipais, fazendo por isso sentido o requerimento do vogal do PSD, mas que a recomendação enquadrava também imóveis da administração direta ou indireta do Estado, sendo que a Lei previa que poderia haver uma transferência de alguns para o domínio das Câmaras Municipais. Quanto ao ponto 4 estava indefinido o que eram grandes construções e parecia-lhe que também a questão estava furtada às competências das Câmaras, pelo que, e sem prejuízo da preocupação que era manifestada em torno do calvário da habitação, considerava que o documento precisava de revisão e de apoio jurídico e por não poderem votar algo que saia de fora do âmbito da lei, aconselhava alguma cautela. Acrescentou que o regime de arrendamento urbano que tantos problemas tinha causado, nomeadamente, para os inquilinos era uma lei que saiu do governo PSD-CDS e que o PSD, não podia vir ali, só porque agora era oposição, fazer-se de arauto de que tudo o que fizera foi bom e que tudo o que era mau vinha depois.

João Matos (BE) referiu que concordava com a vogal da CDU e propôs que o documento passasse a conter “permanente” em substituição de “frequente” na frase *No município de Espinho, como ressalta dos acontecimentos recentes, a dramática situação habitacional está fortemente relacionada com a frequente subordinação das políticas aos interesses imobiliários de alguns grupos económicos*”. Acrescentou que no gráfico que o vogal Paulo Leite lhes mostrava frequentemente sobre a redução da dívida na governação PSD, via-se que em 2015, o valor da habitação por m², em Espinho, era de 1107€ e que em 2021 era de 2179€, significando um aumento de 97%. Que, de acordo com pesquisa feita naquele dia, um T2 custava 1200€, um T3 1800€ e existiam quartos individuais a 450€. Que existiam histórias reais dos que desesperavam para chegar a condições básicas de vida em Espinho. Disse que o caso recente apresentado na recomendação era só a ponta do iceberg e que era estrutural o domínio de grupos imobiliários sobre o poder político.

Nuno Almendra (PSD) sobre a afirmação da recomendação que *“Portugal é ainda dos poucos países da Europa sem mecanismos de controlo dos preços de renda”* fez notar que cerca de 50% dos países na União Europeia não tinham aqueles mecanismos de controlo. Sobre a criação de imóveis públicos, disse que o despacho 3260/2022, de 17 de março não referia a existência de nenhum imóvel público vago no concelho de

Espinho. Sobre o preço do arrendamento, disse que segundo dados da PORDATA de 2021, indicavam que das 4018 habitações arrendadas em Espinho, 74, 6% tinham uma renda inferior a 400€

Alexandra Bastos (PSD) disse que chegaram a um ponto em que os portugueses não tinham poder de compra ou de arrendamento. Que em 2009 entregaram-se muitas casas aos bancos, mas muito rapidamente, devido às conjunturas económicas de baixa de taxas de juro, foi impulsionada a compra das habitações. Que o Estado não quisera controlar os problemas sociais e económicos, fazendo notar que os municípios não tinham propriamente âmbito de competências naquelas matérias. Disse que o município de Espinho não era uma exceção do que acontecia no litoral, onde existiam taxas elevadas de população e que olhando apenas para um fator, para os interesses económicos, estavam a reduzir o problema. Que o Governo lançou uma série de legislação, e não interessava entrar em discursos, em demagogia política de que algumas eram do PSD lançadas agora pelo PS, sendo que o que interessava era o que tinham acordado tarde para aquele problema dramático que não foi tratado nas últimas décadas e que não podiam carregar para o privado o que era competência do público

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que o regime de arrendamento urbano não resolveu nada, agravou situações tanto para os inquilinos e para os senhorios. Que o estado tinha um papel fundamental de regulador, com instituição de normas que limitassem e proibissem a especulação imobiliária, o chamado controlo de preços.

Alexandra Bastos (PSD) em contra protesto disse que o controlo de preços os levariam à fuga das habitações do mercado porque os proprietários-senhorios não colocariam as habitações no mercado de arrendamento e talvez com o problema de poderem tirar-lhe a propriedade para a colocar no mercado de arrendamento, o que não desejava para o Estado Social porque direito de propriedade e direito de habitação eram 2 direitos fundamentais e tinham de coexistir, sendo que a esquerda não fazia aquela leitura,. Que não podiam dar habitação a todos à custa dos proprietários, sendo que num Estado de Direito Social, correndo mal, o Estado tinha de ser regulador

Ana Rezende (CDU) em contraprotesto, disse que a esquerda e a direita tinham visões opostas da sociedade, mas perguntou à vogal do PSD, depois de ter ouvido o que



disse, se estava na bancada certa ou se devia estar na Iniciativa Liberal. Que o Estado não tinha de intervir só quando algo corria mal porque atualmente estava tudo a correr mal e que o Estado queria intervir e ninguém estava de acordo, nem a esquerda nem a direita. Que o Estado tinha de ter políticas a médio e longo prazo para evitar problemas como os atuais. Disse que quem tinha possibilidades para investir, não investia na habitação corrente e a que todos tinham direito, mas em habitação de luxo, que eram segundas ou terceiras habitações e por isso, em Portugal, não havia habitação condigna a preços acessíveis aos rendimentos da maioria, situação aquela que carecia de medidas legislativas para correção. Que era na balança daqueles dois direitos, propriedade e habitação, que competia ao Estado central regulamentar o mercado imobiliário e do arrendamento para que a lei da oferta e da procura se aproximassem.

João Matos (BE) em protesto, disse que o PSD estava sempre pronto a comparar Portugal à escala europeia e pela intervenção do vogal Nuno Almendra, denotou que a vontade do PSD era fazer parte da metade que não tinha mecanismos de controlo. Referiu que no litoral, existiam locais onde o valor por m² eram altíssimos, sendo que a especulação era um fenómeno generalizado, mas que em Espinho era particularmente evidente. Que aquele documento não atacava senhorios individuais, mas fundos imobiliários que capturaram as cidades, sendo Espinho um exemplo flagrante. Disse que a proposta do BE era a mais moderada possível e não radical, acrescentando que radical era a selva que se vivia em Espinho, onde alunos da Academia de Música de Espinho não tinham dinheiro para alugar um quarto, onde famílias eram obrigadas a deixar as suas casas e irem para casas dos pais. Que o direito à propriedade era relativo, tinha limitações e a obrigação de arrendar uma casa vazia seria apenas mais uma. Que não se tratava de um direito humano sendo que o direito à habitação era um direito humano. Perguntou como se podia comparar o direito de manter uma casa fechada com o direito a ter um teto

Teixeira Lopes (PS) disse que o problema da habitação em Portugal varia o país de norte a sul e sobretudo no litoral sendo que o problema do desemprego e da desertificação no interior conduziu ao aumento da população no litoral, procurando-se cidades industrializadas, locais onde existiam universidades públicas e também as grandes empresas de construção. Que o progresso em Portugal de há 50 anos para cá era extraordinário relativamente à habitação, mas que vários fatores históricos

económicos e sociais conduziram ao afunilamento da capacidade de construção, mesmo quando havia empresários interessados em construir a preços módicos, com uma construção que não fique arruinada em poucos anos e que estavam interessados no desenvolvimento do país. Que todas as soluções tinham caráter político e que uma concessão radical podia ser má porque impedia que o empresário pudesse investir na construção e na compra da propriedade que já deixou de ser inviolável, tendo deixado de constar na Constituição da República Portuguesa. Que no seu conceito, a propriedade era boa se adequasse ao desenvolvimento do país e a possibilidade de se viver confortavelmente e decentemente, tendendo a permitir que todos tivessem direito a ter uma habitação condigna, sendo que podia ser cooperativa, privada. Disse que deviam perguntar às pessoas de Campo Maior se achavam que a concessão de um empresário como Nabeiro era oportunista ou correta. Que a recomendação do BE era pertinente, transportando dentro dela alguma bondade, mas estava centrada na cidade de Espinho, esquecendo-se das freguesias do concelho, sendo que no programa do PS, há 8 anos, já constava a aproximação entre o centro e a periferia. Que o PS já tinha apresentado o programa do Primeiro Direito, existindo também o Programa 2030 que não iriam satisfazer a grande maioria das pessoas, mas que iriam insatisfazer os que se habituaram a ganhar dinheiro à custa da construção, dos arrendamentos caros e do envio para a periferia das zonas mais baratas daqueles que trabalhavam por conta de outrem

Foi proposta a votação da recomendação ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido rejeitado com 1 voto a favor, 14 abstenções e 10 votos contra. O Ponto 2 foi rejeitado com 1 voto a favor, 5 abstenções e 19 votos contra. O ponto 3 foi rejeitado com 1 voto a favor, 14 abstenções e 10 votos contra e o ponto 4 foi rejeitado com 1 voto a favor, 4 abstenções e 20 votos contra

Declarações de voto:

João Matos (BE) "quero deixar nota que embora me acusem muitas vezes de ser rígido, deixei passar o facto de não perguntarem ao autor da proposta se concordava com a votação ponto por ponto e achei interessante que fosse feita porque pôs a nu uma ideia que gostava que os espinhenses retivessem. O PSD dizia que os problemas na habitação são um gambozino, que está um pouco por todo o lado e de vez em quando se vê e que o PS dizia que é verdade que a coisa até está cá, mas também não sabemos muito bem como fazemos e que depois há alguém que faz uma proposta



para que as coisas não fiquem exatamente como estão e, nem sequer é uma proposta radical, tendo até enquadramento na doutrina social da igreja, e que era chumbada por quem governa e por quem governou Espinho, PS e PSD”

Ana Rezende (CDU) “A CDU absteve-se pelas reservas que manifestou, e que tinha dúvidas que aqueles 4 pontos sejam, neste momento, atribuição e competência da Câmara Municipal e entendo que não podiam estar a aprovar algo que não têm enquadramento legal. É uma responsabilidade nossa, os debates são cada vez mais técnicos, exigindo-se maior tecnicidade aos vogais, mas olhando para o quadro legal tenho dúvidas que possa constituir uma recomendação à Câmara Municipal. O debate pôs algumas coisas a nu e clarificou o que cada um quer e pensa para Espinho e que não deixei de registar que mais uma vez as posições do PS e do PSD nesta matéria pouco diferem”

Paulo Leite (PSD) “o nosso voto foi no sentido da responsabilidade das questões, tendo dúvidas de que isto esteja ao alcance do município. Estas coisas não devem ser tratadas de uma forma leve, como esta, é preciso que estejam mais bem estruturadas, são medidas que o município provavelmente não poderia implementar. Também consideramos que o debate foi profícuo, trocando-se ideias e deixar muito claro que o problema na habitação era crítico, que era preciso tratar e julgo que todos os partidos sentem essa necessidade, embora com entendimentos diferentes. Não podíamos votar favoravelmente porque o documento não permitia”

Teixeira Lopes (PS) “O PS votou contra porque a proposta limita o problema à zona urbana e à freguesia de Espinho. Especulação imobiliária, pressão turística são entraves ao direito à habitação”

Passou-se ao segundo documento do BE, tendo o Presidente da Mesa que iria fazer um uso mais rigoroso do Regimento, nomeadamente do artigo 40º nº 5, retirando a palavra aos oradores que se desviem objetivamente do assunto em discussão

João Matos (BE): Proposta de Recomendação: **Regular a hotelaria e o alojamento local pela proteção das pessoas e do direito à habitação:** Considerando que: 1. Os dados do site Sigtur, do Turismo de Portugal, consultados a 15 de fevereiro de 2023 para informar a presente proposta do Bloco de Esquerda, indicam que, em Espinho, existem 131 estabelecimentos de Alojamento Local com capacidade para

cerca de mil utentes, situados na sua maioria na freguesia de Espinho; 2. O site Sigtur, do Turismo de Portugal, regista ainda quatro estabelecimentos turísticos no concelho, com a capacidade para 1365 pessoas; 3. A especulação imobiliária, a falta de regulação do mercado e o aumento da pressão turística são entraves ao direito à habitação em Espinho, tendo estes fatores, de modo combinado, promovido aumentos drásticos do valor das rendas e do preço da habitação. O grande crescimento de alojamentos turísticos, especialmente no centro da cidade, tem sido uma das peças que contribuiu para o aumento do preço da habitação. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, na sua primeira sessão ordinária de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera recomendar à Câmara Municipal de Espinho: 1. Proceder à suspensão de novas licenças de Alojamento Local na região urbana do concelho durante um ano, no sentido de se criarem "zonas de contenção"; 2. Sujeitar o licenciamento de novas unidades hoteleiras no concelho mediante o impacto reduzido na disponibilidade e no preço da habitação."

Acrescentou que pretendia fazer a seguinte nota referente ao ponto 1 da proposta deliberativa porque a recomendação foi redigida no momento anterior ao PowerPoint do Governo e por inerência aquele ponto estava aprovado se o indexassem à proposta do Governo

Ana Rezende (CDU) sobre o ponto 1 da deliberação, disse que o governo anunciou um pacote de medidas que ainda não tinha sido aprovado, logo não estava em vigor, mas percebi o que o vogal do BE pretendeu dizer. Quanto ao alojamento local, percebia-se que tinha de haver uma grande limitação nas grandes cidades, em que proliferou e os seus centros estavam desertos em termos de habitação, tinha dúvidas que em Espinho fosse o elemento pernicioso do preço e da falta de habitação, uma vez que os espinhenses no verão sempre alugaram as suas casas para veraneantes. Que podiam não gostar do Casino e do proliferar da indústria hoteleira, mas, em termos de atividade, Espinho não tinha mais para oferecer, fruto de décadas de políticas do PSD e do PS no executivo camarário. Que, do ponto de vista económico e financeiro, embora a questão da habitação seja premente, tinha dúvidas que pudesse ser atacada pela questão do alojamento local em Espinho

Alexandra Bastos (PSD) que fazer o tratamento do alojamento local em Espinho como em cidades como Lisboa ou Porto, era um pouco difícil de traçar o paralelismo. Que



Espinho era uma cidade que sempre viveu, não só, mas bastante, do turismo, embora não fosse um turismo de massas porque sempre tiveram poucas unidades hoteleiras. Que o PSD iria rejeitar a proposta

João Matos (BE) referiu que na sua proposta apontava que a especulação imobiliária, a falta de regulação do mercado e o aumento da pressão turística eram fatores que, de modo combinado, tinham promovido aumentos drásticos do valor das rendas e do preço da habitação, sendo que não tinha tratado o turismo como elemento exclusivo e responsável pelo aumento do custo da habitação em Espinho. Que aquela proposta não era por inerência vinculada à proposta do Governo porque aquela ainda não tinha sido sufragada na Assembleia da República por isso tinha dito que o primeiro ponto se coadunava com a proposta do Governo. Que a proposta ia no sentido de não serem concedidas novas licenças de alojamento local para além das que já existiam, sendo uma proposta muito moderada e não compreendia como o PSD preocupado com a questão da habitação, e o desenvolvimento da economia, não pretendesse garantir que o município no plano económico e financeiro não fosse consignado à mera atividade turística e que PS, mediante o PowerPoint de António Costa não tinha outra opção senão aprovar aquela proposta que pretendia regular a atividade turística, para garantir que não contribuísse para o aumento do custo da habitação

Joana Devezas (PS) disse que não fazia sentido o PS votar a proposta do BE, na medida em que estavam à espera que saísse legislação sobre aquela matéria para poderem perceber o que seria solicitado aos municípios. Que Espinho viveu sempre baseado no turismo, sendo que naquele momento não fazia sentido limitarem os licenciamentos de novos alojamentos locais e muito menos limitar novas unidades hoteleiras a quererem investir em Espinho.

João Matos (BE) em protesto disse que ao contrário do que propunha a vogal do PS, não estava à espera de decisão do poder central, sendo que, independentemente da ação do poder central deviam empreender ações para mudar dinâmicas que tiravam do município quem ali nasceu e quem ali queria viver e trabalhar não sendo apenas um trabalhador do setor turístico.

Nuno Almendra (PSD) referiu que das 1365 pessoas referidas na recomendação como capacidade dos 4 estabelecimentos turísticos no concelho, 850 pessoas eram do parque de campismo que considerava não interferir com a política de habitação, a

menos que o BE considerasse expropriar o Parque de Campismo. Fez notar que o número restante lhes parecia manifestamente insuficiente para uma cidade que se queria afirmar no turismo e acolher eventos de grande dimensão.

João Matos (BE) em protesto disse que na proposta do BE constava qualquer tipo de expropriação, nem perseguição a quem era proprietário, sendo que apenas pretendiam por regras no município que pertencia a todos. Que a política do grande evento estava gasta e que precisavam de uma economia dinâmica, de uma casa para viver, de escolas a funcionar, serviços públicos fortes, de transportes decentes.

Ana Rezende (CDU) disse que o aumento da pressão turística em Espinho tinha feito aumentar o custo da habitação porque se abriu as portas para construção de segunda e terceira habitações de luxo. Disse que, naquele momento, a Câmara só podia recusar licença de alojamento local se, depois da vistoria, o local não reunisse condições, pelo que se todos aprovassem aquela proposta, não sabia se seria exequível do ponto de vista legal.

João Matos (BE) disse que quem concedia a licença para um alojamento local era a Câmara, pelo que estava em seu poder não o fazer. Pediu ao executivo que os elucidasse sobre aquela matéria e do conhecimento que teria da própria legislação.

A Câmara não interveio

Votação: o documento foi rejeitado com 1 voto a favor e 24 votos contra

Ponto 12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

Presidente da Mesa disse que aquele ponto estava regulado no artigo 46.º regimento, passando a palavra à Câmara para apresentação do documento, tendo a sua Presidente referido que o documento dizia respeito ao período de 1 de dezembro a 31 de janeiro, explanava os eventos, o que se fez em termos da educação, dos equipamentos culturais e atividades no Natal. Disse que ficava à disposição para as perguntas que lhe quisessem colocar

Ana Rezende (CDU) disse que tinha consciência que o período temporal a que se reportava a informação escrita não era da responsabilidade a Presidente da Câmara.



Perguntou se projeto Ubuntu no Bairro iria existir e quais as verbas que lhe estavam destinadas. Fez notar que as lombas e rampas com passadeiras na avenida 8 estavam sem sinalização prévia e na parte nascente da Rua 19, a sinalização estava em cima das passadeiras. Referiu a existência de pinos metálicos junto a passadeiras na avenida 8 que, para além de condicionar a circulação pedestre a todos, mas sobretudo as pessoas com mobilidade reduzida, criava um obstáculo aos invisuais. Sobre a remodelação do Bloco F do Bairro da Ponte de Anta, perguntou como se estava a desenrolar o realojamento daqueles que se tiveram de socorrer de alojamento da Câmara e, relativamente às habitações em que os moradores foram fazendo benfeitorias, perguntou qual o levantamento que estava a ser feito, caso a caso, para se manter as benfeitorias autorizadas pela Câmara, mas pagas pelos moradores. Perguntou a razão de, naquele ano letivo, não terem sido disponibilizadas as atividades de apoio terapêutico aos alunos com deficiência e dificuldade de aprendizagem.

Nuno Almendra (PSD) disse que, no ano 1998, o Presidente da Câmara José Mota afirmou que a equipa de futebol do SCE iria jogar no novo estádio no próximo ano e que no dia 25 de abril de 2006, tinha sido lançada a primeira pedra do futuro complexo desportivo do SCE

Presidente da Mesa interrompeu e disse que o assunto não estava na informação escrita e, portanto, não iria dar aquela latitude

Nuno Almendra (PSD) retomou, referindo que, durante um ano e seis meses, e tendo em conta que me março de 2023, os vereadores do PSD levantaram algumas questões relativamente ao projeto, custos e processos administrativos do estádio e tendo em conta que houve uma visita técnica realizada em janeiro de 2022 feita pelo ex-presidente, arquitetos, técnicos e engenheiros; tendo em conta quem setembro de 2022, o ex-presidente da Câmara anunciou a cessão da posição contratual, com rasgados elogios, ao Presidente do SCE e ao arquiteto responsável pelo projeto

Presidente da Mesa interrompeu de novo e pediu que fosse direto na questão à Câmara e lembrou que estava em discussão a informação de 1 de dezembro a 31 de janeiro

Nuno Almendra (PSD) retomou e perguntou se a Presidente da Câmara se sentiu, por não ter estado no pelouro, à margem do acompanhamento daquela obra e se, mesmo estando à margem e tendo em conta os valores envolvidos, não sentia que pudesse afetar as verbas disponíveis para os pelouros que estavam na sua alçada. Disse que Espinho não era um estádio, não era embargos, não era processos, inspeções ou auditorias e que estar à frente dos destinos de uma Câmara implicava muito mais e que, agora como Presidente, subscrevia certamente o programa eleitoral do projeto que permitiu a sua eleição e perguntou quais os investimentos estratégicos que tinha para o município, quais as candidaturas aos fundos europeus 2030, em curso e quando previa que as obras que faziam parte do programa socialista ...

Presidente da Mesa interrompeu novamente e disse que se quisesse ter aquelas informações devia fazer um requerimento naquele sentido e referiu de novo que a informação do Presidente era apenas o que constava do documento em apreciação.

Nuno Almendra (PSD) disse que as questões das passadeiras colocadas pela vogal da CDU, também não constavam daquela informação e que, visto que o Presidente da Mesa não o autorizava a falar, retirava-se.

João Matos (BE) começou por dizer que, apesar da informação escrita respeitar a um tempo no qual a atual Presidente da Câmara não exercia aquelas funções, fazia parte do executivo, sucedendo o mesmo com a Vereadora Leonor Fonseca. Perguntou o estado da situação quanto aos armazéns gerais, às piscinas. Relativamente à deliberação constante na ata 26/2022 sobre o Protocolo de Cooperação entre o Município de Espinho e a Associação Mar de Espinho para apoio à presença da marca «*Espinho Surf Destination*», perguntou se estavam incluídos apoios financeiros e, em caso afirmativo, de quanto. Faz notar que não era nenhuma posição contrária à realização do evento. Sobre a deliberação referente ao Protocolo de colaboração entre o Município de Espinho e o Centro Social de Paramos com vista ao estabelecimento de parceria para implementação de um projeto-piloto de habitação partilhada apoiada, perguntou em que consistia a habitação partilhada apoiada e que tipo de apoios seriam disponibilizados. Na deliberação sobre o Protocolo de Colaboração Institucional entre a «ANEIS - Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação» e o Município de Espinho”, perguntou qual era o tipo de apoio disponibilizado à Câmara e sobre a deliberação do Protocolo de cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. e o Município de Espinho para implementação de um Centro



Local de Apoio à Integração de Migrantes”, perguntou se a Câmara já tinha identificado o local do Centro a criar. Na deliberação sobre a Aprovação da Conta Final da Empreitada - Ampliação e Requalificação da Escola Básica Sá Couto, disse que em declaração de voto, os Vereadores do PSD declararam que “... *não sendo apresentado nenhum relatório da Fiscalização a esse respeito sendo que no relatório da conta final, este novo aditamento ao contrato é referido como 6º Adicional, apesar de não registar o montante do 5º adicional, e dado como executado a 14/10/2022, ou seja executado antes da sua aprovação pelo órgão competente para o efeito...*” e pediu esclarecimentos sobre o assunto. Que na pág. 39 da informação escrita referia-se uma Continuação dos trabalhos, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de reavaliar o limite do Domínio Público Marítimo na frente urbana consolidada da cidade de Espinho e perguntou qual era o ponto de situação.

Abel Santos (PSD) referiu que no período de tempo da informação, a atual Presidente da Câmara e a Vereadora Leonor Fonseca já faziam parte do executivo e esperava que as respostas fossem dadas naquele âmbito. Que na página 39 do documento, sobre a Análise dos impactos dos traçados previstos da linha de Alta Velocidade Porto-Soure no Concelho de Espinho, perguntou qual tinha sido o resultado daquela análise, dado os constrangimentos que poderia trazer ao município e, nomeadamente para Guetim. Sobre o projeto na melhoria da eficiência energética, em que nos documentos previsionais para 2023, se referia que a aposta passaria pelo autoconsumo coletivo, com a instalação de sistemas fotovoltaicos que garantissem as necessidades energéticas dos equipamentos, e pela sustentabilidade energética da rede de iluminação pública, perguntou quais os projetos em curso e o ponto de situação. Solicitou esclarecimentos sobre os números apresentados na tabela da pág. 41 da informação escrita, nomeadamente sobre o alojamento local

Filipe Pinto (PSD) perguntou para quando estava prevista a abertura da passagem subterrânea para a praia Marbelo junto do Rio Largo. Qual o motivo para a continua irrigação indevida da estrada do Golf, desde a passagem desnivelada em construção até ao apeadeiro de Silvalde e para quando a conclusão da obra da passagem desnivelada superior. Perguntou se era vontade do executivo melhorar as ruas em todo o concelho e para quando as melhorias no parque subterrâneo junto da linha do Norte. Quis saber o que o executivo tinha feito para aumentar a segurança dos espinhenses e para fazer cumprir o código da estrada.

Alexandra Bastos (PSD) disse que na Deliberação N.º 263/2022 sobre a aprovação da Conta Final da Empreitada - Ampliação e Requalificação da Escola Básica Sá Couto, percebeu que estava pendente da supressão de vícios da obra e perguntou se o empreiteiro já tinha feito aquela supressão e se a obra tinha sido aceite pela Câmara. Sobre a obra do RECAFE que, como todos sabiam demorou bastante tempo, e agora parecia estar finalmente terminada, perguntou se já tinha sido entregue à Câmara e, em caso afirmativo se estavam em condições de requalificar a zona como zona verde plantando mais árvores. Perguntou qual o ponto de situação do Primeiro Direito, como estava o calendário da obra e o que as verbas disponíveis do PRR lhes permitiriam fazer durante o ano em curso e no próximo.

Paulo Leite (PSD) deixou nota da interrupção ao vogal Nuno Almendra quando quis fazer um contexto histórico ao tema que ia tratar. Perguntou quando seria arranjada a Rua 19 e quando seria resolvida a questão das lombas, curvas e elevadores. Sobre a linha do Vouga, disse que ficou a saber pela comunicação social, que seria prolongada até à atual estação, por cima do parque de estacionamento, ou do túnel, e perguntou se correspondia à verdade e se era solução depois de terem enterrado a linha do comboio e arranjado a superfície daquela zona. Disse que queriam mais explicações quanto à linha de alta velocidade. Perguntou se era verdade que a Câmara tinha enviado um cronograma ao SCE que apontava o final da construção do estádio em setembro

Presidente da Mesa interrompeu, dizendo que aquele assunto não constava da informação escrita e que teria, na sessão extraordinária requerida, oportunidade para falar do assunto, bem como, a seguir, no período do debate político. Tendo o vogal continuado as suas perguntas no mesmo contexto, retirou-lhe a palavra

Presidente da Câmara Municipal disse que quanto ao Ubuntu e ao programa das crianças com necessidades educativas especiais estavam em fase de contratação, e era complexo porque tinha várias especialidades sendo que aquelas crianças, de momento, tinham outras atividades, como natação, e iriam ter um técnico da Câmara Municipal, capacitado para as suas necessidades, para ir às escolas. Que a verba para o programa Ubuntu era de 151 725€ para três anos e sem IVA. Sobre a sinalização disse que iriam verificar o que estava em falta e que os pinos metálicos seriam substituídos por floreiras.



De seguida interveio a Vereadora Leonor Fonseca que esclareceu que a habitação partilhada e apoiada e protocolada com o Centro Social de Paramos tinha a ver com o projeto do Núcleo de Intervenção para Pessoas sem Abrigo, sendo que o Centro Social de Paramos tinha uma equipa de rua (SMACT). Que já noutros tempos tinham em mente conceder uma habitação social devoluta às pessoas sem abrigo que estavam a ser acompanhadas pelo Centro Social de Paramos que permitisse dar-lhes as competências necessárias suficientes e os meios para se autonomizarem, com um T4 duplex que teria capacidade para 4 a 5 pessoas, mas que encontraram as habitações que se encontravam devolutas à época, na mesma situação e ainda mais deterioradas. Que no final do ano transato não houve tempo útil nem meios financeiros para proceder a recuperação daquela habitação, foi colocada em cima da mesa a questão do fogo ser atribuído com o correspondente envelope financeiro, fazendo o centro social de Paramos as obras, tendo sido possível disponibilizar 39 mil euros, tendo sido protocolado a cedência daquele fogo T4 para o Centro Social de Paramos, para no âmbito do projeto do núcleo de Intervenção já referido autonomizar e conceder habitação partilhada. Referiu que as obras já estavam em curso. Sobre o protocolo com o Alto Comissariado para a Emigração disse que o Comissariado tinha agendado assinar o protocolo para 11 de janeiro e foi cancelado, sendo que visava colocar num só local, no FACE, mais respostas no âmbito do emigrante e do imigrante. Que estavam a articular a assinatura do protocolo, que o Alto Comissariado pretendia presencial, para junho. Sobre a Estratégia Local de Habitação, disse que começaram pelo Bloco F e que das pessoas que não tinham retaguarda familiar, dois agregados foram alojados na Residencial com WC privativo, direito a pequeno-almoço, a Cerciespinho fazia a entrega das refeições à hora de almoço e negociou-se com a Residencial a possibilidade de ser colocado um microfrío. Que no Centro Social de Silvalde foi alojada, excecionalmente, pelo período de 3 meses, uma senhora de idade avançada, cujos irmãos não mostraram disponibilidade em alojar. Sobre as benfeitorias feitas nos apartamentos, disse que tinha sido assinado um auto entre ambas as partes e tiradas fotografias. Disse que a Câmara iria intervencionar o bairro da quinta em Paramos, o Bairro Novo, o Bairro da Quinta da Marinha, sendo certo que ainda tiveram de tratar dos registos relativamente ao edificado, nomeadamente do Bairro Novo. Tiveram a preocupação de chamar os Presidentes das Juntas de Freguesia, sendo que Silvalde e Anta e Guetim apresentaram imóveis para serem integrados na Estratégia Local de Habitação e que havia ainda alguns beneficiários diretos incluídos e também que a revisão final da Estratégia Local de Habitação foi

terminada na sexta-feira, será presente em reunião de Câmara para depois ser encaminhada para a Assembleia Municipal

Presidente da CME esclareceu que estavam incluídas nos projetos da Câmara as obras nos armazéns que tinham cobertura de amianto e que a piscina estava em fim de linha, estando nos projetos a construção de uma nova. Sobre a empreitada da Sá Couto, disse que ainda havia uma sala que não estava pronta, sendo que entrava imensa água na sala e que existia também um problema de entrada de água nas salas de aula quando chovia porque as grades de escoamento eram insuficientes e a tubagem de escoamento da água era superior à da rede. Sobre a rua 19, disse que ainda há pouco tempo fizeram uma intervenção na calçada, junto à loja ALE-HOP, embora não fosse da responsabilidade da Câmara Municipal pelo facto do empreiteiro não a ter repostado mesmo tendo sido notificado várias vezes. Disse que o surf destination não era um evento era uma marca e que o protocolo consistia numa cedência de instalações à Associação Mar de Espinho. Disse que o RECAFE ainda não tinha sido rececionado pela Câmara pelo que ainda não podiam fazer intervenções nas zonas verdes e que já tinham pedido sinalização para a via verde. Sobre a linha do Vouga referiu que ainda nada estava decidido, sendo que estiveram numa conferencia no final de janeiro no Europarque onde tomou conhecimento das propostas existentes, esclarecendo que uma das propostas consistia em manter a mesma linha requalificada reposicionando as estações ao longo da linha, fazendo chegar o vouguinha a Espinho como metro de superfície, ao lado do edifício da praça progresso até à Estação de Espinho, outra proposta consistia numa linha direta para o Porto sem passar pelo município de Espinho e outra seria uma linha de alta tensão para Aveiro, entrando em Silvalde e seguindo a linha do Norte. Sobre a abertura da passagem subterrânea, disse que tiveram uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, em que lhes comunicaram que a passagem subterrânea da parte norte de Espinho tinha a sua abertura para breve. Que, no Bairro Piscatório, se aperceberam havia um problema com os elevadores na passagem superior, constituída por 2 andares e que estava preocupada com a passagem inferior porque o muro tinha uma inflexão para o lado das habitações, o que, em determinada zona, tornaria difícil o transito local e, a saída da Rua 20 não permitia que os camiões fizessem a curva e ainda que as pessoas entravam na passagem inferior já muito perto do mar e iriam sair na Rua 20, não tendo sido acautelada nenhuma escadas para atravessar o canal ferroviário pelo que se tinham deslocado à Lisboa para levar aquelas situações ao conhecimento do Sr.



Secretario, tendo-lhes sido dito que era possível alterar o traçado da parede de suporte e a saída na rua 20, e que iriam tentar no mais curto espaço de tempo possível resolver o problema. Que já tinha sido pedido um procedimento para melhoramento das ruas e que, muito em breve, se daria início à requalificação da envolvente à Vila Manuela. Disse que efetuou várias reuniões, telefonemas e fotografias enviadas para a PSP e disse que a situação devia estar melhor porque o número de autos levantados era de mais do dobro, fazendo notar que continuaria com a luta agora que existia um parque de estacionamento com imensos lugares a preço competitivo. Sobre a sustentabilidade energética disse que sabia que existia um projeto, mas de momento não podia adiantar mais, sendo que iria averiguar o assunto.

Ana Rezende (CDU) interveio para dizer que a sensação que ficou com as respostas dadas era de gestão de crise em gabinete de guerra o que era preocupante sobretudo a nível das questões sociais. Sobre o uso do T4 duplex, disse que não era aconselhável, de acordo com as ciências médicas e sociais, que diferentes pessoas com diferentes problemas coabitassem na mesma habitação, podendo ser uma mistura explosiva e que a integração das pessoas conseguia-se disseminando-as, sendo que já a questão dos bairros sociais eram guetos que se criaram e a intenção de integrar as pessoas não era conseguida, sendo segregadas. Sobre existirem imóveis que não estavam registados, disse que tinha ideia de que o anterior executivo PSD tinha contratado uma advogada para fazer o levantamento e levar a cabo os registos e solicitou que lhes fosse facultada uma lista do património imobiliário com a indicação do que estava e o que não estava registado

Alexandra Bastos (PSD) disse que aquela sessão foi focada na área social, e não conseguiram ainda perceber o que os leva a empurrar a barriga para aceitar o domínio da descentralização dos poderes na área social e gostavam de ter tido mais explicações do que era o modelo atual e qual era o modelo que queriam introduzir. Naquela sessão tiveram também a apresentação do relatório da CPCJ e pela primeira vez foi ouvida uma crítica política àquele relatório, fazendo notar que não se integrava no debate político, mas para tomarem conhecimento, pois a CPCJ não era um organismo que dependesse propriamente do município, era um organismo independente, não judiciário, tutelado pelo ministério público. Disse que, fazendo parte da Comissão, não conseguia aceitar a análise política ali efetuada,

completamente descontextualizada e que, perigosamente foi objeto noutros municípios da mesma apreciação. Que não se pretendia, de todo, que a CPCJ se torna numa bola de debate. Fez uma proposta ao Presidente da Mesa no sentido de haver uma ação de formação aberta aos membros da Assembleia para a CPCJ explicar o conteúdo e funções da Comissão

João Matos (BE) pediu um ponto de ordem à Mesa e referiu que quando estavam na fase de questões da informação escrita da Presidente, optou por retirar a palavra ao membro da Assembleia do PSD, por se estar a desviar do assunto e propôs que utilizasse o mesmo critério para todos os membros

Abel Santos (PSD) disse que de facto foi retirada a palavra a dois vogais do PSD com o argumento de estarem a desviarem-se do documento em apreciação e que a Presidente da Câmara Municipal tinha respondido a diversas questões que lhe foram colocadas e que não constavam do documento. Lembrou que não obteve resposta à questão colocada sobre o traçado do TGV, sobre a tabela com os números apresentados na tabela da pág. 41. Disse que na informação escrita existia conteúdo sobre expediente, tarefas financeiras que podiam ser muito importantes para as divisões, mas não era muito relevante

Nuno Almendra (PSD) pediu que o Presidente da Mesa fosse tão rigoroso no conteúdo da informação escrita como na condução dos trabalhos e fez notar que em 24 de março foi-lhes enviado uma informação sobre a construção do estádio municipal que não tinha identificação do autor, sem os anexos nela mencionados e sem os despachos e assinaturas que permitiram o seu envio

Presidente da Mesa disse que já tinham sido requeridos à Presidente da Câmara os elementos em falta

Paulo Leite (PSD) agradeceu ao Presidente da Mesa ter-lhe retirado a palavra impedindo-o de colocar questões pertinentes a que, provavelmente, não queriam ou não convinha responder. Que não obteve resposta sobre a Rua 19, sobre as lombas, as curvas, do elevador e que sobre o vouguinha a informação não foi completa, sendo que tinha um documento da Câmara Municipal de Espinho onde estava o comboio à superfície e que já viu, nas redes sociais, alguém com responsabilidades defender aquela solução, o que o preocupava e não via como seria possível. Disse que era um



sinal positivo de que a Câmara estivesse atenta às empreitadas em construção, mas que existiam outros que era preciso interpretar e conhecer muito bem. Disse que guardaria outras considerações para a sessão extraordinária a realizar brevemente

João Matos (BE) disse que quando ouvia a Presidente da Câmara falar e a Vereadora Leonor Fonseca falarem, seguramente faziam a ligação a duas personagens celebres da banda desenhada que eram o *DuPont e DuPont*, mas que o faziam recordar-se da personagem do Oliveira da Figueira que tinha a arte de vender coisas inúteis, recordando as respostas que foram dadas às perguntas colocadas pelos vogais, com *vamos ver, é complexo, vamos ver se é assim, nada estava decidido* e ainda *sem IVA*, não tendo respondido com clareza a grande parte das questões, nomeadamente sobre os armazéns e as piscinas, em que no caso dos armazéns existia um problema de saúde pública, sendo que existiam 700 mil euros para software, e que já tinha sido anunciado no programa do PS uma mega piscina olímpica. Disse que na reunião do vouguinha a Presidente apenas foi observar, foi “ver comboios” e que os outros eram observadores/participantes que decidiam e riscavam. Que não sabia as verbas que estavam incluídas nos projetos que questionou. Disse que não se podia fazer um amalgama com os problemas sociais, juntando tudo e que se havia 12 milhões para um estádio tinha de haver dinheiro para vidas decentes, para quem precisava. Que na ata n.º 1/2023 de 16 de janeiro, que leu em parte, não estava contextualizado os dois pedidos de renúncia, optando-se pela omissão e perguntou como poderiam os futuros historiadores serem objetivos, rigorosos sem aquela contextualização. Que o texto sugeria que os dois pedidos de renúncia foram motivados pelas mesmas razões

Teixeira Lopes (PS) disse que havia ausência de crítica política, de discussão de políticas municipais, tendo-se todos quedados para saberem qual era a cor do cavalo branco de Napoleão. Disse que a política municipal era uma coisa séria e que o sarcasmo não podia ser aceite. Disse que gostou que o a Presidente e Vereadoras tivessem enfrentado aquela tempestade, querendo pôr em causa as suas capacidades, coragem política e queria saber se os críticos que o fizeram teriam tido a mesma coragem política que aquelas três senhoras tiveram e continuariam a ter, ganhando experiência. Que o questório tinha alguns contactos inquisitoriais. Que as perguntas importantes não foram colocadas e esperava que os vogais viessem mais bem preparados para a sessão extraordinária. Sobre as renúncias aos mandatos disse que

ninguém ignorava os motivos das respetivas renúncias e que as insinuações eram no mínimo de mau gosto

João Matos (BE) protestou e disse que o que referiu no termino da sua intervenção não colocou em causa o estado de direito democrático, que ele defendia e que apenas referiu que a ata omitia as razões pelas quais se deram a renúncia do ex-Presidente do ex-Vice-presidente, sendo que estava preocupado com o que a história narraria daqueles acontecimentos, era importante que constasse que as causas eram diferentes

Teixeira Lopes (PS) em contraprotesto, disse que se via que nunca investigara historia, tendo feito uma leitura superficial de um documento que se limitava a enunciar as demissões de um e de outro e que os historiadores teriam de estudar todo um processo e não apenas uma ata

Paulo Leite (PSD) disse que da parte da bancada do PSD não havia nenhum tipo de insinuação àquele respeito e que as figuras usadas pelo vogal do BE foram bem usadas, não vendo que pudesse ter sido ofensivo. Que o vogal Teixeira Lopes fazia bem em defender o executivo, mas que o PSD teria tido a coragem de dar a palavra aos espinhenses depois dos acontecimentos

Teixeira Lopes (PS) em contraprotesto, disse que os resultados eleitorais para Espinho foram publicados no Diário da República e que aquela corelação de forças que ali estava reunida dali a dois anos poderia ser diferente. Que era interessante o PSD juntar-se ao BE e estarem de acordo.

Presidente da Mesa referiu que a sessão extraordinária requerida pelos vogais do PSD tinha sido marcada e convocada para o dia 5 de abril, atendendo aos tempos regimentais, mas que, devido aos constrangimentos em termos de quórum, pela época pascal e após conferencia com os líderes dos grupos municipais, propôs o seu adiamento para o dia 12/04. Não havendo oposição, ficou reagendada para o dia 12 de abril.

A reunião foi dada por encerrada, tendo as deliberações tomadas na presente reunião sido aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.



Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
